



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA
SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 334/2026

Realizada a pesquisa, observamos:

- **Constituição Federal;**

- **Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2019**, que institui a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

- **Lei do Estado de São Paulo nº 10.428, de 02 de dezembro de 1999**, que dispõe sobre a obrigatoriedade de adoção, pelas instituições financeiras, das medidas que especifica;

- **Lei Orgânica do Município de São Paulo;**

- **Lei Municipal nº 13.399, de 01 de agosto de 2002**, que dispõe sobre a criação de Subprefeituras no Município de São Paulo, e dá outras providências;

- **Lei Municipal nº 13.332, de 02/04/2002**, que dispõe sobre o funcionamento dos semáforos após as 23:00 horas, e dá outras providências;

- **Lei Municipal nº 13.396, de 26/07/2002**, que cria a Secretaria Municipal de Segurança Urbana - SMSU, e dá outras providências;

- **Lei Municipal nº 13.671, de 26/11/2003**, que dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo, e dá outras providências;

- **Lei Municipal nº 13.682, de 15 de dezembro de 2003**, que estabelece a estrutura organizacional das Subprefeituras;

- **Lei Municipal nº 14.879, de 07/01/2009**, que cria a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU; introduz alterações nas Leis nº 13.396, de 26 de julho de 2002, nº 13.866, de 1º de julho de 2004, e nº 13.292, de 14 de janeiro de 2002, bem como dispõe sobre os cargos de provimento em comissão que especifica.

- **Lei Municipal nº 15.326, de 12 de novembro de 2010**, que determina a possibilidade de monitoramento por câmeras em eventos geradores de público e dá outras providências;

- **Resolução da CMSP nº 5, de 26/03/2013**, que institui a Frente Parlamentar da Segurança Pública, no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo e dá outras providências.

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO****PROCURADORIA**

- **Lei Municipal nº 16.116, de 09/01/2015**, que cria o Conselho Municipal da Segurança Urbana.

- **Lei Municipal nº 16.985, de 27/09/2018**, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito para financiar a execução de projetos de investimento nas áreas de mobilidade e segurança urbana.

- **Lei Municipal nº 17.480, de 30/09/2020**, que dispõe sobre normas para a instalação de câmeras de vigilância em ações de fiscalização e acresce o parágrafo único ao art. 49 da Lei nº 14.141, de 27 de março de 2006.

- **Lei Municipal nº 17.691, de 19/10/2021**, que dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento em Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPI, no âmbito do município de São Paulo.

- **Lei Municipal nº 17.733, de 11/01/2022**, que dispõe sobre a implantação de estação rádio-base, e a instalação de estação rádio-base móvel e estação rádio-base de pequeno porte, no Município de São Paulo, destinadas à operação de serviços de telecomunicações autorizados e homologados pelo órgão federal competente.-

- **Lei Municipal nº 17.748, de 14/01/2022**, que cria o Sisverde Sistema de Monitoramento de Áreas Verdes por meio de Sensoriamento Remoto, e dá outras providências.

- **Lei Municipal nº 17.951, de 23/05/2023**, que institui o Programa "Não Se Cale", protocolo de conduta para espaços públicos e privados de lazer em situações de agressão sexual e procedimento para auxiliar pessoas que se sintam em situação de risco, e dá outras providências.

- **Decreto Municipal nº 63.552, de 4 de julho de 2024**, que cria o Programa Smart Sampa, destinado a promover a adoção de soluções tecnológicas inovadoras e avançadas para a melhoria da gestão pública e o aprimoramento da segurança pública, forma e condições que especifica.

ATO DA CMSP Nº 1.682, de 01/08/2025, que altera o Ato da Mesa nº 1.427, de 26 de março de 2019, que dispõe sobre a Central Integrada de Videomonitoramento e Comunicação da Câmara Municipal de São Paulo.

PL 195/2026 Institui o Programa Municipal "Muralha Digital Protetiva", estabelecendo diretrizes para a utilização de tecnologias de monitoramento urbano, inteligência artificial e georreferenciamento na proteção de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 6/2026 Dispõe sobre a aplicação de multa administrativa a quem danificar, destruir, inutilizar ou depredar bens públicos no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 1041/2025 O Poder Executivo concederá autorização as pessoas físicas ou jurídicas instalarem câmeras de segurança em totens e postes em áreas públicas,



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

dando ainda outras providências. PL 867/2025 Institui o Programa SP TURTECH – Turismo e Tecnologia para São Paulo, e dá outras providências.

PL 974/2025 Institui o Código de Combate à Narcocultura no Município de São Paulo.

PL 866/2025 Institui o Programa Integrado de Segurança em Condomínios Verticais (PISCV), com o objetivo de prevenir e combater crimes em edifícios residenciais e comerciais no município de São Paulo.

PL 864/2025 Institui o Programa Integrado de Segurança em Condomínios Verticais (PISCV), com o objetivo de prevenir e combater crimes em edifícios residenciais e comerciais no município de São Paulo.

PL 786/2025 Autoriza o Poder Executivo a implantar protocolos de segurança no embarque e desembarque de crianças no transporte escolar no município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 718/2025 Dispõe sobre a arrecadação e a aplicação de mecanismos para o aperfeiçoamento do programa Smart Sampa.

PL 701/2025 Autoriza o Poder Executivo a utilizar imagens captadas pelo sistema SmartSampa para aplicação de multas por descarte irregular de resíduos sólidos a partir da identificação da placa do veículo infrator, no âmbito do Município de São Paulo.

PL 668/2025 Institui o Programa 'Fala Aí, Polícia!' que visa a integração entre a Polícia Militar, a Guarda Civil Metropolitana e as Escolas Municipais da cidade de São Paulo e dá outras providências.

PL 536/2025 Estabelece a obrigatoriedade de instalação de sistemas de monitoramento por câmeras de vigilância, para verificação de frequência e controle de ocupação nos centros de acolhida do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 515/2025 Estabelece diretrizes de segurança e de vigilância nas escolas da rede municipal e dá outras providências.

PL 197/2025 Institui medidas emergenciais e permanentes para o enfrentamento de alagamentos, inundações e outros danos causados por chuvas intensas na cidade de São Paulo e dá outras providências.

PL 158/2025 Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento e armazenamento de dados audiovisuais em estabelecimentos de ensino públicos e privados no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 120/2025 Esta lei dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Monitoramento da Saúde Estudantil (PROMOSE) nas escolas da rede pública municipal e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 545/2024 Dispõe sobre a instalação de sistema de monitoramento por câmeras e sobre a proibição da troca de roupas em locais públicos dos estabelecimentos municipais assistenciais e das outras providências.

PL 766/2023 Institui, no Município de São Paulo, a necessidade de instalação de câmeras de monitoramento em todas as escolas particulares e da rede pública do Município.

PL 177/2023 Autoriza a criação de central de monitoramento de segurança por câmeras instaladas em unidades de educação da rede pública direta e parceira, creches e escolas, do Município de São Paulo.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 05 de maio de 2026.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068